

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados (sobras e perdas)	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e às Cooperadas da
Central Nacional Unimed - Cooperativa Central
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (“Operadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Operadora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Operadora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

São Paulo, 13 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fernando', with a stylized flourish underneath.

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	2014	2013
Ativo circulante		<u>865.283</u>	<u>590.877</u>
Disponível	3b	<u>5.552</u>	<u>6.668</u>
Aplicações financeiras	3c/4	<u>492.801</u>	<u>362.129</u>
Aplicações vinculadas às provisões técnicas	4	238.533	135.407
Aplicações não vinculadas	4	254.268	226.722
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		<u>137.847</u>	<u>91.948</u>
Contraprestação pecuniária a receber	5	132.799	89.590
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	5.048	2.358
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	6	<u>41.129</u>	<u>23.772</u>
Despesas diferidas		<u>8.408</u>	<u>2.146</u>
Créditos tributários e previdenciários	7	<u>21.774</u>	<u>5.777</u>
Bens e títulos a receber	8	<u>157.435</u>	<u>98.326</u>
Despesas antecipadas		<u>337</u>	<u>111</u>
Ativo não circulante		<u>178.450</u>	<u>179.270</u>
Realizável a longo prazo		<u>123.040</u>	<u>131.957</u>
Aplicações financeiras	3c/4	<u>97.973</u>	<u>112.333</u>
Aplicações vinculadas às provisões técnicas	4	97.212	100.681
Aplicações não vinculadas	4	761	11.652
Créditos tributários e previdenciários	7	<u>14.607</u>	<u>14.581</u>
Títulos e créditos a receber		<u>643</u>	<u>-</u>
Depósitos judiciais e fiscais	17	<u>9.787</u>	<u>5.013</u>
Outros créditos a receber a longo prazo		<u>30</u>	<u>30</u>
Investimentos	3f/9	<u>19.431</u>	<u>17.299</u>
Participações societárias		<u>19.431</u>	<u>17.299</u>
Participações societárias - operadora de planos de assistência à saúde		640	640
Outros investimentos		18.791	16.659
Imobilizado	3g/10	<u>35.979</u>	<u>30.014</u>
Imóveis de uso próprio		<u>23.326</u>	<u>20.630</u>
Imóveis - não hospitalares		23.326	20.630
Imobilizado de uso próprio		<u>11.615</u>	<u>9.384</u>
Não hospitalares		11.615	9.384
Outras imobilizações		<u>1.038</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>1.043.733</u>	<u>770.147</u>

Passivo	Nota	2014	2013
Passivo circulante		<u>685.929</u>	<u>455.387</u>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3i/11	<u>527.951</u>	<u>367.644</u>
Provisões de contraprestações		<u>62.934</u>	<u>41.589</u>
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	3i	61.159	39.833
Provisão para remissão	3i	1.775	1.756
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		41.447	49.885
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	11b	167.482	115.273
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	11a	256.088	160.897
Débitos de operações de assistência à saúde		<u>24.532</u>	<u>17.067</u>
Receita antecipada de contraprestações	12a	22.273	16.336
Comercialização sobre operações	12b	117	457
Operadoras de planos de assistência à saúde	12c	2.142	274
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	13	<u>62.390</u>	<u>36.171</u>
Provisões		<u>152</u>	<u>2.473</u>
Provisão para IR e CSLL	14	152	2.473
Tributos e encargos sociais a recolher	15	<u>48.465</u>	<u>16.825</u>
Débitos diversos	16	<u>22.420</u>	<u>15.188</u>
Conta corrente de cooperados		<u>19</u>	<u>19</u>
Passivo não circulante		<u>43.297</u>	<u>42.646</u>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3k	<u>3.058</u>	<u>2.932</u>
Provisão para remissão		3.058	2.932
Provisões		<u>40.239</u>	<u>39.714</u>
Provisões para tributos diferidos		-	12
Provisões para ações judiciais	3j/17	40.239	39.702
Patrimônio líquido		<u>314.507</u>	<u>272.114</u>
Capital social	18a	<u>90.004</u>	<u>75.822</u>
Reservas	18b	<u>190.178</u>	<u>167.911</u>
Reservas de sobras		190.178	167.911
Ajustes de avaliação patrimonial		<u>-</u>	<u>23</u>
Sobras à disposição da AGO	18c	<u>34.325</u>	<u>28.358</u>
Total do passivo		<u>1.043.733</u>	<u>770.147</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações de resultados (sobras e perdas)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	Nota	2014	2013
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		2.588.187	2.011.092
Receitas com operações de assistência à saúde		2.633.663	2.030.876
Contraprestações líquidas	3a	2.633.809	2.031.208
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3i	(146)	(332)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	20a	(45.476)	(19.784)
Eventos indenizáveis líquidos		(2.402.428)	(1.824.718)
Eventos conhecidos ou avisados	20b	(2.307.236)	(1.800.716)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	3i/20b	(95.192)	(24.002)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		185.759	186.374
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		5.087	3.487
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20c	608.018	294.058
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		548.663	269.165
Outras receitas operacionais		59.355	24.893
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	20d	(4.334)	2.230
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(19.905)	(15.200)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(323)	(132)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde		23.288	15.483
Provisão para perdas sobre créditos		(7.394)	2.079
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20e	(525.612)	(262.300)
Resultado bruto		268.918	223.849
Despesas de comercialização	12b	(73.395)	(47.294)
Despesas administrativas	20f	(193.492)	(151.876)
Resultado financeiro líquido	20g	50.926	28.741
Receitas financeiras		60.228	39.462
Despesas financeiras		(9.302)	(10.721)
Resultado patrimonial		1.816	1.938
Receitas patrimoniais		2.113	1.941
Despesas patrimoniais		(297)	(3)
Resultado antes dos impostos e participações		54.773	55.358
Imposto de renda	3k/20h	(5.197)	(11.767)
Contribuição social	3k/20h	(2.006)	(4.285)
Participações no resultado		(5.157)	(4.041)
Sobra líquida do exercício		42.413	35.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	Nota	2014	2013
Sobra líquida do exercício		<u>42.413</u>	<u>35.265</u>
Ajuste nos ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	4	(35)	(74)
Ajuste nos tributos diferidos sobre ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários		<u>12</u>	<u>25</u>
Resultado abrangente		<u><u>42.390</u></u>	<u><u>35.216</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

Nota	Capital social		Reservas			Ajustes de valiação patrimonial	Sobras à disposição da AGO		Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Rates	Outras reservas	Ganhos não realizados com TVM	Atos cooperativos	Atos não cooperativos	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	40.137	(61)	94.307	18.280	33.116	72	51.002	-	236.853
Destinação das sobras do exercício anterior conforme AGO de 20 de março de 2013:									
Aumento de capital	35.701	-	-	-	-	-	(35.701)	-	-
Aumento de reserva	-	-	15.301	-	-	-	(15.301)	-	-
Movimentações de capital:									
Aumento de capital	9	(9)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	45	-	-	-	-	-	-	45
Retirada de cooperada	(3)	3	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(49)	-	-	(49)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	46.472	(11.207)	35.265
Destinação:									
Absorção pelas sobras de atos cooperativos	-	-	-	-	-	-	(13.110)	13.110	-
Para a reserva legal	-	-	3.336	-	-	-	(3.336)	-	-
Para a RATES	-	-	-	3.571	-	-	(1.668)	(1.903)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	75.844	(22)	112.944	21.851	33.116	23	28.358	-	272.114
Destinação das sobras do exercício anterior conforme AGO de 26 de março de 2014:									
Aumento de capital	18c	14.179	-	-	-	-	(14.179)	-	-
Aumento de reserva	18c	-	14.179	-	-	-	(14.179)	-	-
Movimentações de capital:									
Aumento de capital	18a	3	(3)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	18a	-	3	-	-	-	-	-	3
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(23)	-	-	(23)
Sobra líquida do exercício	21	-	-	-	-	-	72.121	(29.708)	42.413
Destinação:									
Absorção pelas sobras de atos cooperativos	-	-	-	-	-	-	(31.739)	31.739	-
Para a reserva legal	18b	-	4.038	-	-	-	(4.038)	-	-
Para a RATES	18b	-	-	4.050	-	-	(2.019)	(2.031)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	90.026	(22)	131.161	25.901	33.116	-	34.325	-	314.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras líquidas do período	42.413	35.265
Ajustes para reconciliação das sobras líquidas		
(-) Custos a faturar	(54.941)	(21.285)
(-) Equivalência patrimonial	(2.031)	(1.903)
(-) Ganhos com investimentos (pró-labore Unimed Participações)	(34)	(36)
(+) (-) Provisão para perdas sobre créditos	7.394	(2.079)
(-) (+) Resultado dos ativos imobilizados baixados	(1)	3
(+) Depreciação e amortização	3.128	5.160
(+) Variação das provisões técnicas	95.336	24.334
(+) Variação das provisões para contingências	2.940	2.591
Sobras líquidas ajustadas	94.204	42.050
(Acréscimo) / Decréscimo de ativos		
Aplicações financeiras - curto prazo	(130.672)	(52.147)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(46.752)	(15.537)
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	(19.897)	(4.723)
Outros valores e bens - curto prazo	(26.696)	(1.247)
Aplicações financeiras - longo prazo	14.360	(12.398)
Outros valores e bens - longo prazo	(9.444)	(7.977)
Total das variações ativas	(219.101)	(94.029)
Acréscimo / (Decréscimo) de passivos		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	65.097	33.191
Débitos de operações de assistência à saúde	7.465	5.781
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	26.219	19.656
Tributos	47.766	21.194
Outros débitos	7.232	1.917
Provisões - longo prazo	(2.416)	(1.215)
Ajustes de avaliação patrimonial	(23)	(49)
Total das variações passivas	151.340	80.475
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(18.447)	(14.776)
Caixa líquido das atividades operacionais	7.996	13.720
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimento	(101)	(1.000)
Aquisição de bens do imobilizado	(9.092)	(9.694)
Venda de bens do imobilizado	78	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(9.115)	(10.694)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital social	3	45
Caixa líquido das atividades de financiamentos	3	45
Variação líquida do caixa	(1.116)	3.071
Caixa - Saldo inicial	6.668	3.597
Caixa - Saldo final	5.552	6.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (“Central Nacional Unimed” ou “Operadora”) é uma sociedade simples de responsabilidade limitada, situada em São Paulo na Alameda Santos, nº 1827 - 3º andar, constituída e regida de acordo com a legislação específica das sociedades cooperativistas. Tem por objetivos principais a operação de planos privados de assistência à saúde, a instituição de uma câmara de compensação nacional e a orientação para a criação, o desenvolvimento e a interação de um sistema cooperativo de operadoras de planos privados de assistência à saúde, em todo o território nacional. A Operadora possui 326 cooperadas em 31 de dezembro de 2014.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, a Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71), assim como aspectos relacionados à Lei 6.404/76 e a Lei 11.638/07. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o plano de contas instituído pela Resolução Normativa RN nº 322, de 27 de março de 2013.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou as Resoluções nº 944/02, 958/03 e 959/03 que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações financeiras. Ademais, essas resoluções estabelecem as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, além de disporem sobre o tratamento contábil decorrente de atos cooperativos e atos não cooperativos, que foram denominados ingressos/dispêndios e receitas/custos/despesas e consolidam o conceito, o conteúdo, a estrutura e a nomenclatura da demonstração de resultados, que passou a ser denominada demonstração de sobras e perdas. As informações adaptadas aos padrões de apresentação preconizados pelo CFC estão apresentadas na Nota Explicativa nº 21.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Operadora, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão descritas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3e - Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde
- Nota 7 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota 11 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
- Nota 17 - Provisões judiciais

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2015.

3 Principais políticas contábeis

a. Apuração das sobras ou perdas

O regime de apuração de sobras e perdas é o de competência. As receitas com contraprestações de contratos com preços pré-estabelecidos foram apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - “pró-rata” dia do período de cobertura de cada contrato, a partir de seu primeiro dia de vigência.

As receitas com contratos firmados na modalidade “pós-estabelecido”, correspondente ao ressarcimento dos eventos já comunicados, são reconhecidas no mês em que os custos foram avisados, a crédito da conta “Outras receitas operacionais”. Quando da emissão da fatura, o registro é revertido e o valor total faturado, incluindo a taxa de administração, é reconhecido como receita de contraprestações de operações de assistência à saúde.

Os eventos indenizáveis são reconhecidos no momento em que são avisados pelas cooperativas Unimed (intercâmbio) e pelos prestadores de serviços assistenciais.

As despesas diferidas referem-se a agenciamentos e são registradas quando incorridas e apropriadas ao resultado no prazo de 12 meses. As comissões mensais incidentes sobre as contraprestações emitidas são registradas como despesas do período.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

b. Disponibilidades

Disponibilidades abrangem saldos de caixa e bancos.

c. Instrumentos financeiros não derivativos

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias:

- **Valor justo por meio do resultado:** um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** são ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias destacadas. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo valor investido, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- **Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Operadora compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde).

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pelas vendas de planos de saúde coletivos e individuais. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas (resultado) ou PCNG (passivo circulante), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data do balanço.

Quando disponível, a Operadora determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (I) Títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); (II) Os certificados de depósitos bancários, os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) e as debêntures são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam do valor justo.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

d. Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas do CPC 01(R1).

e. Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde

A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber foi constituída a partir da avaliação das bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, sendo o montante considerado suficiente pela Administração.

f. Investimentos

Os investimentos representados por participações em sociedades coligadas nos quais há influência significativa nas deliberações da Administração são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos foram avaliados pelo custo de aquisição.

g. Imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment*, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado. Imóvel adquirido em 2011 tem vida útil estimada de 35 anos, imóvel adquirido em 2014 tem vida útil estimada de 25 anos e os demais imóveis, 20 anos; móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos, de 5 anos.

h. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Operadora são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

i. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores.

A provisão para contribuições não ganhas (PCNG) corresponde ao rateio diário - “pró-rata” dia das contribuições a decorrer, relativamente ao período de cobertura do risco. Os valores constituídos são apropriados ao resultado no último dia do mês, cuja vigência tenha iniciado.

A Provisão de eventos a liquidar para o SUS abrange os ressarcimentos ao SUS que são registrados mediante avisos de beneficiários identificados (ABI), notificados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e recepcionados fisicamente na Operadora.

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados pelas Cooperativas Unimed e prestadores de serviços até a data do encerramento do exercício.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços de saúde. A provisão é calculada com base em método estatístico-atuarial, conhecido como “triângulos de run-off”, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, observado o período de 24 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão para remissão é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, utilizando-se como metodologia o “Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura”.

j. Ativos e passivos contingentes (Provisões)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, exceto pelas contingências relacionadas a eventos, são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25.

Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

Passivos contingentes - são constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes fiscais e trabalhistas classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas; os passivos contingentes cíveis classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas e reconhecidos contabilmente pelo percentual histórico de perdas efetivas e os classificados como perda remota não são divulgados.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - atos não cooperativos

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R\$ 240 ao ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

l. Benefícios aos empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Operadora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Controle Interno tem como responsabilidade tratar os riscos e identificar as oportunidades que afetam diretamente as operações da Central Nacional Unimed.

O gerenciamento de risco é um processo que envolve todos os níveis da Central Nacional Unimed, considerando o estabelecimento de estratégias, a identificação de eventos em potencial que podem afetá-las, bem como a administração dos riscos de modo a mantê-los compatíveis ao apetite a risco da Operadora.

Abaixo estão descritas as definições dos riscos que a Central Nacional Unimed está exposta, bem como suas ações para os respectivos tratamentos:

Risco de mercado

Definição

Risco de Mercado é a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos de fatores de risco: o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (commodities), entre outras.

Tratamento

O gerenciamento do risco de mercado na Central Nacional Unimed é realizado periodicamente, através de comitês para controle e deliberações em relação aos resultados, ao cenário político-econômico e ao atendimento da política de investimentos estabelecida pela Operadora, que define níveis mínimos de investimentos em cada instituição financeira, bem como os controles necessários para obtenção de maior segurança nos investimentos e transparência na gestão dos recursos disponíveis.

Risco operacional

Definição

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos.

Tratamento

O processo de gestão qualitativa dos riscos é conduzido pela Área de Gestão de Riscos e está estruturado da seguinte forma:

- (i) **Mapeamento dos riscos**
A identificação dos riscos é efetuada pela Área de Gestão de Riscos e validada pelos gestores responsáveis e pela alta Administração.
- (ii) **Classificação dos riscos**
Os riscos identificados na fase do mapeamento são alocados em uma categoria, de acordo com os critérios de classificação previamente acordados e validados pela Administração.
- (iii) **Avaliação dos riscos**
A avaliação dos riscos permite que a Administração considere até que ponto os eventos elencados na fase de identificação de riscos podem impactar a realização dos objetivos. Para avaliar os riscos identificados e classificados, utilizam-se as métricas de impacto e probabilidade, as quais foram desenvolvidas tendo como base as informações financeiras da Central Nacional Unimed.
- (iv) **Avaliação dos controles**
A Área de Gestão de Riscos é responsável pela avaliação dos controles associados aos riscos, os quais são efetuados com base em critérios qualitativos.
- (v) **Estabelecimento de planos de ação**
São estabelecidos planos de ação para os casos onde seja identificada a ausência ou insuficiência de controles e/ou riscos representativos não aceitos pelo comitê de riscos. Estes planos de ação contemplam a ação a ser implementada, o responsável pela implementação e a data de conclusão. A Área de Gestão de Riscos é responsável pelo monitoramento dos planos de ação e reporte para todas as partes interessadas.
- (vi) **Concentração de riscos**
A carteira está pulverizada em diversos estados da federação, conforme apresentado abaixo:

Distribuição de contraprestações líquidas - por região geográfica

		2014											
Modalidade	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total geral		
Pré-estabelecido	102.928	5,17%	211.001	10,59%	56.084	2,81%	1.476.297	74,09%	146.151	7,34%	1.992.461	75,65%	
Pós-estabelecido	58.254	9,08%	23.455	3,66%	2.278	0,36%	316.240	49,31%	241.121	37,60%	641.348	24,35%	
Total geral	161.182	6,12%	234.456	8,90%	58.362	2,22%	1.792.537	68,06%	387.272	14,70%	2.633.809	100,0%	

		2013											
Modalidade	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total geral		
Pré-estabelecido	71.818	4,99%	117.935	8,20%	33.990	2,36%	1.106.437	76,91%	108.392	7,54%	1.438.572	70,82%	
Pós-estabelecido	46.523	7,85%	18.244	3,08%	1.905	0,32%	297.570	50,21%	228.394	38,54%	592.636	29,18%	
Total geral	118.341	5,83%	136.179	6,70%	35.895	1,77%	1.404.007	69,12%	336.786	16,58%	2.031.208	100,0%	

Risco de crédito

Definição

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a empresa a incorrer em perdas financeiras.

Tratamento

O gerenciamento do risco de crédito visa atender aos padrões, políticas e procedimentos específicos que incluem o monitoramento da exposição em ativos de risco de crédito com relação às contrapartes. As análises dessas instituições são realizadas por agências de classificação de riscos de crédito que operam no país, e também através de reuniões com os analistas da agência dos nossos consultores, para acompanhamento das instituições financeiras do portfólio da Operadora.

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de aplicações da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

Nota	2014		2013	
	Valor (R\$ mil)	Part. %	Valor (R\$ mil)	Part. %
AAA	319.577	54,09%	340.117	71,68 %
AA	28.318	4,79%	19.079	4,02 %
A	133.270	22,56%	27.040	5,70 %
BBB	26.508	4,49%	34.396	7,25 %
BB	16.681	2,83%	-	0,00 %
Subtotal	524.354	88,76%	420.632	88,65%
Risco soberano (letras financeiras do tesouro)	66.236	11,21%	53.654	11,31%
Sem classificação (*)	184	0,03%	176	0,04%
Subtotal	66.420	11,24%	53.830	11,35%
Exposição ao risco de crédito de aplicações financeiras	590.774	100,00%	474.462	100,00%
Contraprestações e intercâmbio a receber	178.976		115.720	
Total de exposição ao risco de crédito	769.750		590.182	

(*) Refere-se a títulos de capitalização.

Risco legal

Definição

O Risco Legal está relacionado a possíveis perdas por inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Operadora, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Operadora.

Tratamento

A Operadora, através de sua área jurídica, acompanha a realização e formatação dos contratos firmados bem como a revisão e atualização periódica da documentação, além de acompanhar permanentemente as mudanças relacionadas à legislação.

Risco de liquidez

Definição

Risco de liquidez está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

Tratamento

A Operadora mantém uma política de investimento atualizada, para tomada de decisões. Nessa política estão definidos os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos. A ferramenta de apoio utilizada para manter a liquidez fica condicionada a projeção do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos, sendo utilizado modelo de comparação histórica entre os ciclos operacionais realizados num período mínimo de 90 dias.

Aplicações

Liquidez	2014	% Carteira	2013	% Carteira
Imediata	330.310	55,91%	311.179	65,59%
De 1 a 30 dias	129.892	21,99%	72.362	15,25%
De 31 a 120 dias	6.582	1,11%	6.027	1,27%
De 121 a 240 dias	9.663	1,63%	4.979	1,05%
De 241 a 360 dias	75.950	12,86%	1.341	0,28%
Acima de 360 dias	38.377	6,50%	78.574	16,56%
Total	590.774	100,00%	474.462	100,00%

O demonstrativo de liquidez das aplicações financeiras foi elaborado a partir dos prazos mínimos para resgate dos títulos, estabelecidos pelas instituições financeiras gestoras, independentemente de seus vencimentos.

Casamento de ativos e passivos (ALM)

	Sem vencimento definido	Vencidos acima de 1 ano	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 6 anos	Total
Ativos financeiros						
Disponível	5.552	-	-	-	-	5.552
Aplicações financeiras	193.589	-	-	288.172	109.013	590.774
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-	29.443	108.404	-	137.847
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da Operadora	-	383	36.585	4.161	-	41.129
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	21.774	14.607	36.381
Depósitos judiciais e fiscais	9.787	-	-	-	-	9.787
Despesas diferidas	-	-	-	8.408	-	8.408
Bens e títulos a receber	-	-	-	158.415	30	158.445
Total dos ativos financeiros	208.928	383	66.029	580.925	123.650	979.915
	Sem vencimento definido	Vencidos acima de 1 ano	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 6 anos	Total
Passivos financeiros						
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	256.088	20.030	36.217	215.616	3.058	531.009
Comercialização sobre operações	-	-	-	117	-	117
Operadoras de planos de assist. saúde	-	-	14	2.128	-	2.142
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	-	-	3.926	58.464	-	62.390
Provisões - IR e CS	-	-	-	152	-	152
Tributos e contribuições a recolher	-	-	-	48.465	-	48.465
Outros débitos	-	-	-	22.439	-	22.439
Provisões - longo prazo	40.239	-	-	-	-	40.239
Total dos passivos financeiros	296.327	20.030	40.157	347.381	3.058	706.953

Risco de subscrição

Definição

Risco de Subscrição está relacionado à possibilidade de ocorrência de um evento que acarrete ou possa acarretar em uma situação econômica contrária quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas, bem como a probabilidade dos eventos a serem pagos pela Operadora de Planos de Saúde, em um período futuro, ser maior que o montante de contraprestações a ser recebido.

Tratamento

A Operadora precifica de forma estimada a projeção de eventos no futuro, tendo como base a experiência passada. Utiliza-se como incremento aos valores apurados as devidas correções monetárias, os impactos legislativos (novas edições do Rol de Procedimentos publicados pela ANS), o impacto nos custos devido aos reajustes nos honorários médicos e uma inflação médica dos insumos hospitalares (diárias, taxa de sala, taxa de equipamentos, material, medicamentos, etc.), além de levar em consideração a distribuição etária, sexo, grau de dependência e região geográfica da população cotada.

Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão.

O teste de sensibilidade abaixo apresenta impacto no resultado e no patrimônio líquido em função de uma variação nos eventos de 5 pontos percentuais para mais ou para menos.

	Contraprestações líquidas	Índice de sinistralidade	Eventos	+5p.p.	Teste de sensibilidade - Impacto no resultado e no patrimônio líquido				
					Impacto		Impacto		
					R\$	DRE	-5p.p.	R\$	DRE
	2014	2014							
Pré-estabelecido	1.992.461	87,79%	1.749.243	92,79%	1.848.866	(99.623)	82,79%	1.649.620	99.623
Total	1.992.461	87,79%	1.749.243	92,79%	1.848.866	(99.623)	82,79%	1.649.620	99.623
Impacto no Patrimônio Líquido (*)						(92.662)			92.662

(*) Para a apuração do imposto de renda sobre o patrimônio líquido considerou-se a incidência de imposto à alíquota de 34% sobre a parcela dos atos não cooperativos (20,55%).

Eventual aumento ou diminuição nos eventos relativos aos planos pós-estabelecidos são refletidos também nas contraprestações, de forma a compensar tal oscilação. Desta forma, não sensibilizamos este item para efeito de divulgação. Em 2014 o total de contraprestações com preço pós-estabelecido foi de R\$ 641.348 e o total de eventos foi de R\$ 557.993.

4 Aplicações

	Nível de hierarquia do valor justo	Ativo circulante	Ativo não circulante	Valor Contábil/ Justo	Valor Custo Atualizado	Ganhos/Perdas não Realizados	2014	2013
Valor justo por meio do resultado:								
Quotas de fundos de investimentos	2	193.589	-	193.589	193.589	-	193.589	102.392
Quotas de fundos de investimentos (*)	2	-	20	20	20	-	20	34
Depósitos bancários a prazo (CDB)	2	49.617	-	49.617	49.617	-	49.617	82.601
Depósitos bancários a prazo (CDB) (*)	2	-	254	254	254	-	254	138
Operações compromissadas (**)	2	189.486	-	189.486	189.486	-	189.486	144.985
Operações compromissadas (*)	2	-	143	143	143	-	143	89
		432.692	417	433.109	433.109	-	433.109	330.239
Disponíveis para venda:								
Depósitos bancários a prazo (CDB)	2	-	-	-	-	-	-	219
Depósitos bancários a prazo (CDB) (*)	2	-	-	-	-	-	-	93
Depósitos a prazo c/ garantia especial (DPGE)	2	18.640	26.561	45.201	45.201	-	45.201	47.104
Outros	2	-	194	194	194	-	194	185
		18.640	26.755	45.395	45.395	-	45.395	47.601
Mantidos até o vencimento:								
Depósitos bancários a prazo (CDB)	2	2.889	-	2.889	2.889	-	2.889	5.093
Depósitos bancários a prazo (CDB) (*)	2	-	149	149	149	-	149	77
Depósitos a prazo c/ garantia especial (DPGE)	2	19.221	11.690	30.911	30.911	-	30.911	26.671
Operações compromissadas	2	-	-	-	-	-	-	92
Letras Financeiras	2	12.085	-	12.085	12.085	-	12.085	11.035
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	7.274	58.962	66.236	66.236	-	66.236	53.654
		41.469	70.801	112.270	112.270	-	112.270	96.622
Total das aplicações		492.801	97.973	590.774	590.774	-	590.774	474.462

(*) Valores bloqueados em garantia de processos judiciais.

(**) As compromissadas possuem cláusula com compromisso de recompra que garante liquidez imediata.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, inclusive os ativos mantidos até o vencimento.

A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Garantia das provisões técnicas

	2014	2013
Ativos vinculados		
Títulos de renda fixa - privados	269.521	182.434
Títulos de renda fixa - públicos	66.224	53.654
Total	335.745	236.088
Provisões técnicas		
Provisão para remissão	4.833	4.688
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	256.088	160.897
Provisão de eventos a liquidar e Provisão SUS avisados há mais de 30 dias (*)	50.281	56.202
Total	311.202	221.787
Suficiência de cobertura	24.543	14.301

(*) Os eventos a liquidar avisados há mais de 30 dias devem ser lastreados por ativos garantidores. O total dos eventos a liquidar avisados há menos de 30 dias em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 158.648 (R\$ 108.956 em 2013).

Movimentação das aplicações financeiras

	2014	2013
Saldo no início do exercício	474.462	409.917
Aplicações	1.470.343	1.105.554
Resgates	(1.399.955)	(1.069.701)
Rendimento (nota 20g)	55.829	34.961
Ganhos não realizados	-	(74)
IRRF s/ receitas de aplicações financeiras	(9.905)	(6.195)
Saldo no final do exercício	590.774	474.462

5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2014	2013
Faturas a receber das contraprestações dos planos de assistência a saúde	136.270	92.254
Provisão para perdas sobre créditos	(3.471)	(2.664)
Subtotal	132.799	89.590
Participação dos beneficiários em eventos (*)	4.894	2.204
Subtotal	4.894	2.204
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	154	154
Subtotal	154	154
Total	137.847	91.948

(*) Participação dos beneficiários em eventos - Refere-se a valor a receber de contratantes por coparticipação.

a. Movimentação

	2014	2013
Contraprestações dos planos de assistência à saúde pendentes no início do exercício	92.254	75.449
Contraprestações emitidas	2.682.606	2.058.389
Recebimentos	(2.613.968)	(2.022.765)
Transferência para cobrança judicial	(4.489)	(87)
Baixas por cancelamentos	(9.429)	(8.296)
Tributos retidos na fonte (IR, CS, PIS, COFINS e ISS)(*)	(10.704)	(10.436)
Contraprestações dos planos de assistência à saúde pendentes no final do exercício	136.270	92.254
Provisão para perdas sobre créditos no início do exercício	(2.664)	(7.907)
Provisões constituídas no exercício	(1.690)	(3.802)
Provisões revertidas no exercício	883	9.045
Provisão para perdas sobre créditos no final do exercício	(3.471)	(2.664)
Total	132.799	89.590

(*) Tributos retidos na fonte por clientes órgãos públicos.

b. Idade dos saldos

Créditos com operações com planos de saúde

	2014	2013
A vencer	108.404	79.028
Vencidos de 1 a 30 dias	17.067	8.402
Vencidos de 31 a 60 dias	4.064	1.926
Vencidos de 61 a 90 dias	2.111	531
Vencidos há mais de 90 dias	9.779	4.786
Subtotal	141.425	94.673
Provisão para perdas sobre créditos	(3.578)	(2.725)
Total	137.847	91.948

6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

a. Movimentação

	2014	2013
Intercâmbio a receber pendentes no início do exercício	23.772	19.049
Intercâmbio a receber emitidos	576.035	292.747
Recebimentos	(541.789)	(269.966)
Baixas por cancelamentos	(13.562)	(11.980)
Crédito tributário	(392)	(110)
Transferência para cobrança judicial	(395)	(5.968)
Intercâmbio a receber pendentes no final do exercício	43.669	23.772
Provisão para perdas sobre créditos no início do exercício	-	(585)
Provisões constituídas no exercício	(2.741)	(4.658)
Provisões revertidas no exercício	201	5.243
Provisão para perdas sobre créditos do final do exercício	(2.540)	-
Total	41.129	23.772

b. Idade dos saldos

	2014	2013
A vencer	4.161	6.673
Vencidos de 1 a 30 dias	10.802	9.900
Vencidos de 31 a 60 dias	4.282	1.371
Vencidos de 61 a 90 dias	3.448	1.453
Vencidos há mais de 90 dias	20.976	4.375
Subtotal	43.669	23.772

- **Intercâmbio a receber** - Refere-se a valores a receber de cooperativas singulares e federações, relativos a atendimentos prestados aos seus usuários.

7 Créditos tributários e previdenciários

Curto prazo	2014	2013
IRRF sobre serviços	144	152
IRRF sobre aplicações financeiras (*)	6.264	1.971
IRPJ e CSLL	11.067	-
PIS e COFINS a compensar (*)	1.222	1.126
Contribuição social	484	231
ISS	395	395
Outros	2.198	1.902
	21.774	5.777
Longo prazo	2014	2013
IRRF sobre serviços médicos cooperados	6.351	8.155
IRRF por órgãos públicos (*)	2.413	967
IRRF s/ aplicações financeiras	5.595	5.111
Outros	248	348
	14.607	14.581

(*) A capacidade da utilização destes créditos é estimada em R\$ 9.899, baseada na projeção de resultados de 2015.

a. Movimentação de créditos tributários e previdenciários

Curto prazo	2014	2013
Saldo no início do exercício	5.777	5.237
Provisão / Constituição	40.588	30.128
Atualização monetária	-	210
Baixas / Compensações	(24.591)	(29.798)
Saldo no final do exercício	21.774	5.777
Longo prazo	2014	2013
Saldo no início do exercício	14.581	13.192
Provisão / Constituição	2.376	6.657
Atualização monetária	476	354
Baixas / Compensações	(2.826)	(5.622)
Saldo no final do exercício	14.607	14.581

8 Bens e títulos a receber

- **Custos a faturar** - Referem-se aos gastos incorridos com a utilização dos planos de assistência à saúde dos contratos da modalidade de preço “pós-estabelecido” e intercâmbio eventual já avisados, mas cujo valor ainda não foi faturado às empresas contratantes e cooperativas

associadas. A provisão desses valores possibilita o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas conforme critério descrito na Nota Explicativa nº 3a.

	2014	2013
Custos a faturar de contratos em custo operacional pendentes no início do exercício	93.438	72.153
Eventos avisados	1.001.008	768.749
Baixas pelo evento faturado	(946.067)	(747.464)
Custos a faturar de contratos em custo operacional pendentes no final do exercício	148.379	93.438
Adiantamentos	8.845	4.549
Outros bens e títulos a receber	211	339
Total	157.435	98.326

9 Investimentos

	<u>Unimed Participações Ltda</u>		<u>Outros investimentos</u>		<u>Total</u>	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
a. Informações sobre:						
Capital social	246.511	216.249	-	-	246.511	216.249
Capital social em quotas/ações	932.246.926	878.759.678	-	-	932.246.926	878.759.678
Quantidade de ações de propriedade da Operadora	32.066.431	30.132.844	-	-	32.066.431	30.132.844
Total do ativo	555.963	490.469	-	-	555.963	490.469
Total do passivo circulante e não circulante	10.581	5.560	-	-	10.581	5.560
Receitas	61.915	80.285	-	-	61.915	80.285
Patrimônio líquido	545.381	484.909	-	-	545.381	484.909
Resultado do exercício	56.912	77.139	-	-	56.912	77.139
b. Informações sobre os investimentos:						
Quantidade de ações/quotas possuídas						
Porcentagem de participação	3,43969%	3,42902%			3,43969%	3,42902%
Saldo no início do exercício	16.627	13.688	672	672	17.299	14.360
Aquisição de quotas	101	1.036	-	-	101	1.036
Resultado da equivalência patrimonial	2.031	1.903	-	-	2.031	1.903
Saldo de investimento no final do exercício	18.759	16.627	672	672	19.431	17.299

10 Imobilizado

	2014			2013		
	Custo	Depreciação	Saldo	Custo	Depreciação	Saldo
Imóveis de uso próprio não hospitalares	31.451	(8.125)	23.326	28.022	(7.392)	20.630
Edificações	31.451	(8.125)	23.326	28.022	(7.392)	20.630
Imobilizado de uso próprio não hospitalares	29.712	(17.059)	12.653	25.274	(15.890)	9.384
Móveis e utensílios	3.593	(1.580)	2.013	2.024	(981)	1.043
Veículos	756	(321)	435	639	(305)	334
Equipamentos de processamento de dados	23.430	(14.766)	8.664	20.361	(13.749)	6.612
Máquinas e equipamentos	648	(151)	497	1.607	(228)	1.379
Instalações	40	(34)	6	73	(57)	16
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.245	(207)	1.038	570	(570)	-
	61.163	(25.184)	35.979	53.296	(23.282)	30.014

Movimentação

	Imóveis de uso próprio	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Máquinas e equipamentos	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Total
Custo de aquisição									
Saldo em 1 de janeiro de 2013	20.592	1.439	398	15.979	1.404	73	212	3.647	43.744
Aquisições	-	585	295	4.470	203	-	358	3.783	9.694
Transferência	7.430	-	-	-	-	-	-	(7.430)	-
Alienações	-	-	(54)	(88)	-	-	-	-	(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	28.022	2.024	639	20.361	1.607	73	570	-	53.296
Aquisições	3.429	348	237	4.408	277	-	692	-	9.391
Alienações	-	(37)	(120)	(1.066)	(2)	-	-	-	(1.225)
Ajustes de inventário físico	-	1.258	-	(273)	(1.234)	(33)	(17)	-	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31.451	3.593	756	23.430	648	40	1.245	-	61.163
Depreciação									
Saldo em 1 de janeiro de 2013	(6.006)	(819)	(252)	(11.550)	(104)	(50)	(103)	-	(18.884)
Depreciação do exercício	(1.386)	(162)	(106)	(2.285)	(124)	(7)	(467)	-	(4.537)
Alienações	-	-	53	86	-	-	-	-	139
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(7.392)	(981)	(305)	(13.749)	(228)	(57)	(570)	-	(23.282)
Depreciação do exercício	(733)	(203)	(138)	(2.605)	(172)	(6)	(20)	-	(3.877)
Alienações	-	37	120	1.065	2	-	-	-	1.224
Ajustes de inventário físico	-	(433)	2	523	247	29	383	-	751
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(8.125)	(1.580)	(321)	(14.766)	(151)	(34)	(207)	-	(25.184)
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	23.326	2.013	435	8.664	497	6	1.038	-	35.979

11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

a. Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

O valor integral da provisão para eventos ocorridos e não avisados, calculada segundo métodos e critérios atuariais mencionados na nota explicativa nº 3i, monta a R\$ 256.088 (R\$ 160.897 em 2013) e está totalmente constituído.

b. Provisão de eventos a liquidar para prestadores de serviços assistenciais

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e devidamente avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços assistenciais até a data de encerramento do exercício. O valor da provisão totaliza R\$ 167.482 (R\$ 115.273 em 2013).

c. Movimentação das contas de provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2013	Constituição / Reversão	Apropriações	Cancelamentos	Recebimentos transferidos	Saldo em 31/12/2014
Provisões de contraprestações						
Provisão para contribuições não ganhas	39.833	829.904	(801.359)	(1.292)	(5.927)	61.159
Provisão para remissão	1.756	19	-	-	-	1.775
Subtotal	41.589	829.923	(801.359)	(1.292)	(5.927)	62.934
	Saldos em 31/12/2013	Constituição / Reversão	Glosas / Descontos	Pagamentos	Tributos retidos	Saldos em 31/12/2014
Provisões de eventos						
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	49.885	(8.438)	-	-	-	41.447
Provisão de eventos a liquidar para prestadores	115.273	2.543.844	(165.138)	(2.322.499)	(3.998)	167.482
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	160.897	95.191	-	-	-	256.088
Subtotal	326.055	2.630.597	(165.138)	(2.322.499)	(3.998)	465.017
Total	367.644					527.951
Longo prazo						
Provisão para remissão	2.932	126	-	-	-	3.058
Total	2.932	126	-	-	-	3.058

d. Idade dos saldos de eventos a liquidar (Provisão ressarcimento ao SUS e eventos a liquidar)

	2014	2013
A vencer	152.682	107.412
Vencidos de 1 a 30 dias	13.884	7.359
Vencidos de 31 a 60 dias	4.701	3.608
Vencidos de 61 a 90 dias	1.071	1.059
Vencidos há mais de 90 dias	36.591	45.720
Total	208.929	165.158

12 Débitos de operações de assistência à saúde

a. Receita antecipada de contraprestações

Refere-se aos valores de contraprestações pecuniárias recebidas antecipadamente ao início do período de cobertura dos contratos.

b. Comercialização sobre operações

Refere-se a valores a pagar decorrentes de comissões devidas a corretores pela comercialização de planos de assistência à saúde.

c. Operadoras de planos de assistência à saúde

Monta a R\$ 2.142 (R\$ 274 em 2013) relativos a valores a pagar a título de contraprestação de corresponsabilidade transferida.

d. Movimentação

	Saldos em 31/12/2013	Constituição	Apropriação / pagamentos	Tributos	Saldos em 31/12/2014
Receita antecipada de contraprestações	16.336	187.701	(181.764)	-	22.273
Comercialização sobre operações	457	79.695	(75.658)	(4.377)	117
Operadoras de planos de assistência à saúde	274	31.350	(29.481)	(1)	2.142
Total	17.067	298.746	(286.903)	(4.378)	24.532

e. Idade dos saldos

	2014	2013
A vencer	24.518	17.013
Vencidos de 1 a 30 dias	14	54
Total	24.532	17.067

13 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Corresponde a valores a pagar à rede credenciada decorrentes de assistência à saúde prestada aos beneficiários de outras cooperativas.

a. Movimentação

	Saldos em 31/12/2013	Constituição / Reversão	Glosas / Descontos	Pagamentos	Tributos	Saldos em 31/12/2014
Outros débitos de operações com plano de assistência à saúde	36.171	556.549	(29.890)	(496.178)	(4.262)	62.390

14 Provisões

	2014	2013
Imposto de renda apurado	5.197	11.767
(-) Antecipações	(5.127)	(9.978)
Imposto de renda a recolher	70	1.789
Contribuição social apurada	2.006	4.285
(-) Antecipações	(1.924)	(3.601)
Contribuição social a recolher	82	684
	152	2.473

15 Tributos e encargos sociais a recolher

	2014	2013
FGTS	639	496
PIS e COFINS	41.669	12.483
Retenções de impostos e contribuições	6.157	3.846
	48.465	16.825

16 Débitos diversos

	2014	2013
Obrigações com pessoal	14.377	11.320
Fornecedores	4.692	3.460
Seguros a pagar	65	37
Outros débitos a pagar	3.286	371
	22.420	15.188

17 Provisões judiciais e depósitos

	Provisões					Depósitos judiciais	
	Saldo anterior	Principal	Atualizações/ multa	Reversão/ pagamento	Saldo atual	2014	2013
Fiscais	31.006	10.246	2.798	(13.023)	31.027	-	-
ISS	26.749	9.755	2.375	(13.023)	25.856	-	-
Tributos federais	4.257	491	423	-	5.171	-	-
Trabalhistas	10	93	7	(10)	100	7	-
Cíveis	8.686	4.778	4.334	(8.686)	9.112	9.780	5.013
Total	39.702	15.117	7.139	(21.719)	40.239	9.787	5.013

a. Fiscais

ISS

A provisão total, em face de divergências quanto à base de cálculo do ISS, totaliza R\$ 25.856 (R\$ 26.749 em 2013). O valor do imposto, no montante de R\$ 9.755 (R\$ 5.548 em 2013) foi registrado na conta de “Tributos diretos de operações de assistência à saúde” e os encargos financeiros no montante de R\$ 2.375 (R\$ 3.766 em 2013), na rubrica “despesas financeiras”.

INSS

A Operadora recebeu auto de infração em 31 de janeiro de 2013, lavrado na esfera administrativa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em decorrência do não recolhimento da contribuição previdenciária de 15% sobre o intercâmbio entre Unimed, no período de 2008, cujo valor atualizado monta a R\$ 175.335. A Administração da Operadora entende, conforme parecer dos advogados que acompanham este processo, que a probabilidade de perda é possível, logo, nenhuma provisão foi constituída.

b. Trabalhistas

A Operadora responde a 60 processos de natureza trabalhista, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída uma provisão de R\$ 100 (R\$ 10 em 2013) referente a 10 processos avaliados com risco de perda provável. A Cooperativa também responde a 37 processos avaliados com risco de perda possível no montante de R\$ 923 (R\$ 183 em 2013), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

c. Cíveis

A Operadora responde a processos de natureza cível, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos foi constituída provisão de R\$ 5.451 (R\$ 8.686 em 2013) para 40 processos classificados como risco provável. A Operadora também responde a 2.251 processos avaliados com risco de perda possível no montante de R\$ 65.729 (R\$ 43.878 em 2013), para os quais foi constituída provisão de R\$ 3.661.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é composto por 900.263 quotas-partes (758.442 quotas-partes em 2013), com valor unitário de R\$ 100,00.

O capital a integralizar é composto por 219 quotas-partes (219 quotas-partes em 2013).

A quota-parte é indivisível, intransferível a não filiadas e não poderá ser negociada de modo algum, nem ser oferecida em garantia. O número de cooperadas é 326 (325 em 2013).

b. Reservas

A Reserva legal é destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades, sendo constituída por, no mínimo, 10% da sobra líquida de cada exercício. A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) destina-se à prestação de assistência às associadas, e é constituída por valor correspondente a 5% da sobra líquida apurada no exercício, na forma do art. nº 28 da Lei nº 5.764/71 e de acordo com o estabelecido no art. nº 56 do estatuto social. A Reserva para Contingências é destinada a reparar perdas fiscais e será mantida até que ocorra o desembolso financeiro das razões que justificaram a sua constituição.

c. Destinação das sobras

A sobra líquida do exercício, após as deduções dos fundos obrigatórios, será submetida à deliberação da Assembleia Geral, que poderá destiná-la às associadas, como retorno líquido, a aumento do capital social ou às reservas. Em 2014, a Assembleia Geral Ordinária, decidiu por destinar 50% das sobras do exercício social de 2013, no montante de R\$ 14.179, para a Reserva Legal e 50% das sobras, no montante de R\$ 14.179, para aumento de capital social.

d. Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela RDC nº 39/00, enquadra a Operadora como Cooperativa Médica, Segmento Secundário Principal (SSP) e Região de Atuação 1. Conforme o estabelecido na RN nº 209/09 da ANS, o Patrimônio Mínimo Ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido, ajustado por efeitos econômicos na forma do disposto na Instrução Normativa nº 50/12. O PMA é calculado a partir da multiplicação do fator “K” (0,4581), obtido na tabela do Anexo I da RN nº 209/09, pelo capital base de R\$ 6.673 mil, totalizando R\$ 3.057. A administração mantém patrimônio líquido ajustado superior ao exigido como se segue:

Patrimônio líquido ajustado conforme IN nº 50/12

Patrimônio líquido	314.507
(+) Obrigações legais de longo prazo	16.364
(-) Participações em outras operadoras	(640)
(-) Despesas diferidas	(8.408)
(-) Despesas antecipadas	(337)
(=) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	321.486

A margem de solvência, conforme determinado pela RN nº 209/09, foi apurada utilizando o critério de 33% da média anual dos últimos 36 meses da soma dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido mais 50% dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, por ser o maior valor, dentre os dois critérios estabelecidos na referida Resolução.

Margem de solvência	2014
A - 0.20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses	462.627
B - 0.33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses	541.991
C - Margem de solvência (maior entre A e B)	541.991
Margem de solvência - 41% (*)	222.216
(=) Suficiência (PLA - M.S.)	99.270

(*) O parágrafo único do art. nº 7 da RN nº 209/09, alterada pela RN nº 313/12, estabelece que as operadoras que iniciaram suas operações antes de 3 de julho de 2007 deverão observar, em dezembro de 2014, a parcela mínima de 41% do valor da margem de solvência calculado.

19 Transações com partes relacionadas

A Operadora mantém operações com entidades integrantes do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed, sendo as principais:

- a. A Operadora paga à Unimed do Brasil Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, representante institucional do Sistema Unimed, contribuição confederativa mensal que totalizou, em 2014 R\$ 6.432 (R\$ 4.750 em 2013). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 214.
- b. O seguro de vida dos beneficiários dos planos de saúde da Operadora é contratado com a Unimed Seguradora S.A. Os custos deste produto foram de R\$ 644 (R\$ 633 em 2013), classificados em “Outras despesas operacionais”. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 43 (R\$ 37 em 2013).
- c. Parcela significativa do atendimento médico prestado aos beneficiários dos planos de assistência à saúde da Operadora é efetuada pelas cooperativas associadas integrantes do Sistema Cooperativo Unimed. Em 2014 estes atendimentos atingiram o montante de R\$ 1.833.083 (R\$ 1.526.632 em 2013).

a. Remuneração dos administradores

A estrutura administrativa da Operadora compreende a Diretoria e o Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis, principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos, sendo permitida uma reeleição. O Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, composto por dezoito membros eleitos por Assembleia Geral, é um colegiado de gestão participativa nos assuntos técnicos e operacionais do desenvolvimento da Cooperativa. O mandato do Conselho Administrativo, Técnico e Operacional coincide com o da Diretoria.

A remuneração a estes Administradores totalizou o montante de R\$ 6.928 (R\$ 6.235 em 2013) e está dividida em: pró-labore dos Diretores: R\$ 4.850 (R\$ 4.366 em 2013), valor devido à presença dos Conselheiros: R\$ 607 (R\$ 617 em 2013), previdência social: R\$ 1.091 (R\$ 997 em 2013), assistência médica dos diretores: R\$ 268 (R\$ 166 em 2013) e seguro de vida e acidentes pessoais dos diretores de R\$ 111 (R\$ 89 em 2013).

Os administradores da Operadora ocupam cargos em outras cooperativas e empresas do sistema Unimed conforme quadro abaixo:

Cargo na operadora	Parte relacionada	Cargo na parte relacionada
Presidente	Seguros Unimed	Membro do Conselho de Administração
Vice-presidente	Unimed Participações	Diretor Administrativo-Financeiro
Diretor Administrativo e Financeiro	Unimed Participações	Procurador
Diretor de Mercado, Marketing e Comunicação	Unimed Volta Redonda	Presidente
Diretor de Atenção à Saúde e Intercâmbio	Unimed Poços de Caldas	Membro do Conselho de Administração
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Frutal	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Federação Espírito Santo	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Uberlândia	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed do Brasil	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Grande Florianópolis	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Dourados	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Cuiabá	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Fortaleza	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Sorocaba	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Belo Horizonte	Diretor de Provimento de Saúde
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Rio Claro	Diretor Administrativo
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Porto Alegre	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Rio	Diretor Administrativo
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Paulistana	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Campinas	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Nordeste/RS	Vice-Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Curitiba	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Goiânia	Presidente

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	2014	2013
PIS	(6.239)	(2.517)
COFINS	(38.030)	(11.619)
ISS (Nota Explicativa nº17a)	(1.155)	(5.548)
ISS retido por terceiros	(52)	(100)
	(45.476)	(19.784)

b. Eventos indenizáveis líquidos

	2014	2013
Intercâmbio	(1.833.083)	(1.484.762)
Rede credenciada - pessoas físicas	(5.739)	(5.680)
Rede credenciada - pessoas jurídicas	(447.851)	(292.822)
Reembolsos a usuários	(8.226)	(6.629)
Ressarcimento ao SUS	(12.337)	(10.823)
Eventos conhecidos ou avisados	(2.307.236)	(1.800.716)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(95.192)	(24.002)
Total de eventos indenizáveis líquidos	(2.402.428)	(1.824.718)

c. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	2014	2013
Outras receitas operacionais		
Receitas de prestação de serviços de intercâmbio	565.778	278.787
(-) Deduções das receitas	(17.115)	(9.622)
Outras receitas operacionais	59.355	24.893
	608.018	294.058

d. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	2014	2013
Confecção de carteiras	(2.527)	(1.787)
Confecção de livros de credenciamento	(273)	(505)
Despesas com cobrança	(319)	(229)
Encargos sociais sobre pagamentos a médicos credenciados	(3.784)	(2.490)
Despesas c/ remoções e <i>Home Care</i>	(2.595)	(671)
Seguros	(645)	(635)
Medicina preventiva	(323)	(757)
Transporte de guias médicos e carteiras	(1.373)	(948)
Acordo operacional - sócias	(5.037)	(3.599)
Reversões / provisões para contingências	20.766	12.500
Provisão para perdas sobre créditos	(7.394)	2.079
Outras	(830)	(728)
	(4.334)	2.230

e. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

Correspondem aos atendimentos prestados aos beneficiários de outras cooperativas - Intercâmbio Eventual.

	2014	2013
Despesas de prestação de serviços de intercâmbio	(556.549)	(275.305)
(-) Deduções das despesas	30.937	13.005
	(525.612)	(262.300)

f. Despesas administrativas

	2014	2013
Despesas com pessoal	(118.677)	(96.230)
Serviços de terceiros	(23.966)	(14.732)
Localização e funcionamento	(22.325)	(18.690)
Despesas com publicidade e propaganda	(9.016)	(4.371)
Despesas com contribuições e donativos	(8.120)	(5.059)
Tributos - taxa de saúde suplementar	(2.730)	(2.445)
Seminários, congressos e simpósios	(2.710)	(3.117)
Despesas judiciais	(3.161)	(3.976)
Multas e acréscimos moratórios	(977)	(2.187)
Outras	(1.810)	(1.069)
	(193.492)	(151.876)

g. Resultado financeiro líquido

	2014	2013
Receitas financeiras		
Receitas com títulos privados	36.884	23.592
Valor justo por meio do resultado	25.847	16.147
Disponível para venda	5.621	4.999
Até o vencimento	5.416	2.446
Receitas com títulos públicos	6.003	3.821
Até o vencimento	6.003	3.821
Receitas com fundos de investimento	12.942	7.548
Valor justo por meio do resultado	12.942	7.548
Atualização dos créditos tributários	702	564
Receitas de juros sobre capital	147	343
Juros por recebimentos em atraso	2.885	2.391
Outras receitas financeiras	665	1.203
	60.228	39.462
Despesas financeiras		
Juros e multas s/ tributos	(1.453)	(359)
Atualização monetária do PIS e COFINS sobre os atos cooperativos	(1.614)	(640)
Atualizações das contingências	(6.118)	(9.660)
Outras	(117)	(62)
	(9.302)	(10.721)
Resultado financeiro líquido	50.926	28.741

h. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2014	2013	2014	2013
Sobra do exercício, antes dos impostos e depois as participações	49.616	51.317	49.616	51.317
(-) Sobras de atos cooperativos	(72.121)	(46.472)	(72.121)	(46.472)
(=) Resultado de atos não cooperativos, antes dos impostos	(22.505)	4.845	(22.505)	4.845
Adições	56.843	47.204	56.843	47.204
Receitas de aplicações financeiras	44.355	28.885	44.355	28.885
Ressarcimento ao SUS	-	10.823	-	10.823
Provisão de contingências - ISS	481	2.305	481	2.305
Provisão de contingências - PIS e COFINS	5.140	30	5.140	30
Provisão para perdas sobre créditos	1.520	-	1.520	-
Outras	5.347	5.161	5.347	5.161
Exclusões	(12.056)	(4.439)	(12.056)	(4.439)
Equivalência patrimonial	(2.031)	(1.903)	(2.031)	(1.903)
Ressarcimento ao SUS - reversão	(6.317)	-	(6.317)	-
Outras	(3.708)	(2.536)	(3.708)	(2.536)
Base de cálculo	22.282	47.610	22.282	47.610
Imposto de renda alíquota 15%	(3.342)	(7.142)	-	-
Adicional de 10%	(2.204)	(4.737)	-	-
Contribuição social alíquota 9%	-	-	(2.006)	(4.285)
PAT	82	71	-	-
Fumcad / Lei Rouanet / Pronon / Lei de Incentivo ao Esporte	267	41	-	-
Tributos correntes	(5.197)	(11.767)	(2.006)	(4.285)
Alíquotas efetivas	23,32%	24,72%	9,00%	9,00%

21 Apresentação das demonstrações de sobra e perdas - Resolução CFC n° 959/03

As receitas e despesas de atos não cooperativos são determinadas a partir dos pagamentos a título de eventos indenizáveis a médicos credenciados, clínicas, laboratórios, hospitais e atendimentos de emergências, os quais não fazem parte do sistema Unimed.

Considerando a representatividade das despesas de atos não cooperativos sobre os totais de eventos indenizáveis, deduzidos das respectivas recuperações, foi apurado o percentual de 20,55% (17,63% em 2013), o qual foi utilizado para ratear as receitas e os demais custos.

	2014			2013		
	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/ despesas	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/despesas
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	2.588.187	2.128.544	459.643	2.011.092	1.656.956	354.136
Ingressos/receitas com operações de assistência à saúde	2.633.663	2.165.040	468.623	2.030.876	1.672.746	358.130
Contraprestações líquidas	2.633.809	2.165.156	468.653	2.031.208	1.673.019	358.189
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(146)	(116)	(30)	(332)	(273)	(59)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(45.476)	(36.496)	(8.980)	(19.784)	(15.790)	(3.994)
				(1.824.718)		
Eventos indenizáveis líquidos	(2.402.428)	(1.908.712)	(493.716)	(1.502.942)		(321.776)
				(1.800.716)		
Eventos conhecidos ou avisados	(2.307.236)	(1.833.083)	(474.153)	(1.483.173)		(317.543)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(95.192)	(75.629)	(19.563)	(24.002)	(19.769)	(4.233)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	185.759	219.832	(34.073)	186.374	154.014	32.360
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	5.087	4.059	1.028	3.487	2.872	615
Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	608.018	438.649	169.369	294.058	241.525	52.533
Ingressos/receitas com operações de assistência médico-hospitalar	548.663	392.257	156.406	269.165	221.699	47.466
Outros ingressos/receitas operacionais	59.355	46.392	12.963	24.893	19.826	5.067
Outros dispêndios/despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(4.334)	(438)	(3.896)	2.230	3.887	(1.657)
Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde	(19.905)	(12.808)	(7.097)	(15.200)	(10.469)	(4.731)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(323)	(257)	(66)	(132)	(109)	(23)
(-) Recuperação de outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde	23.288	18.502	4.786	15.483	12.753	2.730
Provisão para perdas sobre créditos	(7.394)	(5.875)	(1.519)	2.079	1.712	367
Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	(525.612)	(417.595)	(108.017)	(262.300)	(216.045)	(46.255)

	2014			2013		
	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/ despesas	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/despesas
Resultado bruto	268.918	244.507	24.411	223.849	186.253	37.596
Dispêndios/despesas de comercialização	(73.395)	(58.312)	(15.083)	(47.294)	(38.954)	(8.340)
Dispêndios/despesas administrativas	(193.492)	(149.236)	(44.256)	(151.876)	(121.059)	(30.817)
Resultado financeiro líquido	50.926	39.259	11.667	28.741	23.560	5.181
Receitas financeiras	60.228	47.851	12.377	39.462	32.503	6.959
Despesas financeiras	(9.302)	(8.592)	(710)	(10.721)	(8.943)	(1.778)
Resultado patrimonial	1.816	-	1.816	1.938	-	1.938
Receitas patrimoniais	2.113	-	2.113	1.941	-	1.941
Despesas patrimoniais	(297)	-	(297)	(3)	-	(3)
Resultado antes dos impostos e participações	54.773	76.218	(21.445)	55.358	49.800	5.558
Imposto de renda	(5.197)	-	(5.197)	(11.767)	-	(11.767)
Contribuição social	(2.006)	-	(2.006)	(4.285)	-	(4.285)
Participações no resultado	(5.157)	(4.097)	(1.060)	(4.041)	(3.328)	(713)
Sobra líquida do exercício	42.413	72.121	(29.708)	35.265	46.472	(11.207)

22 Outras informações

a. Plano de complementação de aposentadoria

A Cooperativa mantém com a Unimed Seguradora S.A., em favor de seus diretores, um plano de previdência privada, na modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). O benefício consiste em uma renda mensal temporária, pelo prazo de 12 meses, a partir do término do mandato dos diretores. O plano é de contribuição definida e o valor da renda mensal é calculado com base no montante dos recursos acumulados nas reservas matemáticas formadas pelas contribuições aportadas. As contribuições mensais realizadas no exercício totalizaram R\$ 970 (R\$ 843 em 2013).

b. Benefícios concedidos aos empregados

Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados a assistência médica, seguro de vida em grupo, previdência complementar, garantia funeral, ticket alimentação, ticket refeição, auxílio creche ou auxílio babá, plano odontológico, estacionamento, assistência para emergências em viagens, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de graduação, pós - graduação, MBA e mestrado, vale transporte ou ônibus fretado, participação nos resultados, convênio farmácia, convênio academia e empréstimo pessoal. Em 2014 os benefícios concedidos aos empregados atingiram o montante de R\$ 23.761 (R\$ 19.586 em 2013).

c. Eventos médico-hospitalares

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º trimestre de 2014 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Eventos médico hospitalaresAssistência médico-hospitalar
(Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei							
	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos	Demais despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	10.184	13.858	12.419	72.719	2.842	-	112.022
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio Eventual	237	219	109	1.023	3	-	1.591
Total	10.421	14.077	12.528	73.742	2.845	-	113.613

d. Lei nº 12.973/14

A Administração avaliou as disposições contidas na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e, embora a referida Lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretroatável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não optou pela adoção antecipada. De acordo com as análises da Administração, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 decorrentes da Lei nº 12.973/14.

* * *

Diretoria

Dr. Mohamad Akl
Diretor Presidente

Dr. Humberto Jorge Isaac
Vice-Presidente

Dr. Francisco Albeniz Bohrer Pilla
Diretor Administrativo e Financeiro

Dr. Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor de Mercado, Marketing e Comunicação

Dr. Paulo César Januzzi de Carvalho
Diretor de Atenção à Saúde e Intercâmbio

Atuário

Eduardo de Souza Schuch
Atuário MIBA 1.500

Contadora

Maria Cristina Carlos Brandão
CRC 1SP133272/O-1